

• Política

CONSTITUINTE

A preocupação de Pires foi a consolidação da transição democrática

por Paulo de Alencar de Salvador

O governador da Bahia, Waldir Pires, um dos principais articuladores na votação da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte que estabeleceu o mandato do presidente José Sarney em quatro anos, disse, ontem, em Salvador que essa sua decisão em favor do encurtamento do período presidencial foi a única saída "para se ganhar a batalha da transição democrática e levar o País a consolidar instituições livres, acabando com os arautos do clientelismo".

Pires admitiu que conversou com os integrantes da bancada do PMDB da Bahia com assento na Comissão de Sistematização e refletiu com eles sobre a realidade política nacional. "Transmiti aos deputados a minha experiência de que este quadro de desilusão no cenário político não pode continuar, sob pena de nos transformarmos numa Nação cética e cinza", sentenciou o governador, acrescentando que não pediu o voto a nenhum dos quatro parlamentares até então indecisos.

Pires esclareceu que a mudança na sua decisão — anteriormente ele defendia cinco anos de mandato e introdução do parlamentarismo após o Governo Sarney — começou a se delinear

depois de terem sido minados os esforços por um amplo entendimento nacional. "Somente assinei a declaração dos governadores no encontro do Rio, no mês passado, para que se incluisse, na nota oficial a ser divulgada, que a Constituinte é livre e soberana", explicou.

Ele afirmou que assumiu a bandeira do parlamentarismo ao retornar de sua última viagem ao exterior, quando ainda não havia tomado posse do governo baiano, no início do ano.

"Na Europa tive oportunidade de observar que o presidente da República eleito pelo voto popular dá mais estabilidade à Nação, ao lado do chefe de governo com respaldo no Parlamento", ressaltou Pires, citando experiências da França, Portugal, Itália e Grécia.

O governador da Bahia disse não temer que a sua posição de independência em relação ao Palácio do Planalto vá desencadear uma onda de retaliações. "O governo da Bahia não altera a sua posição. Em primeiro lugar devemos emvidar esforços para que a nova Constituição seja concluída até janeiro. Além disso, a Nação quer fazer a experiência parlamentarista, impeditiva da rigidez e tropeços que o presidencialismo causou nos últimos noventa anos de vida da Nação", expôs.

Para Arraes, os votos não foram contra Sarney

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, disse ontem no Recife que o resultado da votação na Constituinte do tempo do mandato presidencial "não pode ser tomado como uma derrota do presidente José Sarney".

"Os constituintes não votaram contra ninguém", acrescentou o governador. No seu entender, a votação não deveria sequer ter existido. "Deveria ter havido um entendimento amplo para consolidar a democracia", disse, segundo a EBN.

Arraes rechaçou a acusação do ministro Prisco Viana de que ele e o governador da Bahia, Waldir Pires, teriam pressionado os deputados constituintes das bancadas dos seus estados em favor da redução do mandato do presidente. "O ministro deve estar mal informado, uma vez que não pressionamos nenhum parlamentar. Os pernambucanos não são de dobrar sob pressão. Apenas orientamos as bancadas para votarem unidas."

Quêrcia já quer lançar candidato à sucessão

por Cristina Iglecio de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, defendeu ontem, após almoço com o governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, que o PMDB deve articular-se para lançar um candidato à Presidência da República. Para ele, a decisão da Comissão de Sistematização de estabelecer um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney "demonstra uma tendência muito clara dos parlamentares, uma realidade que deve ser encarada tal como ela é".

Quêrcia negou que seja candidato à sucessão de Sarney, afirmando que sua preocupação é com o governo de São Paulo. Quanto à possibilidade de as eleições presidenciais pertur-

barem as municipais, o governador paulista garantiu que não há nada de negativo em eleições conjuntas, indicando até aspectos positivos, pois só haveria um voto pleito em 1990.

"Os governadores têm uma responsabilidade grande, cada um com seu estado, mas também com o País, que é aumentada na medida em que todos, com exceção de um, são membros do PMDB." Com esta afirmação, Quêrcia garantiu que os governadores pedemebistas vão continuar reunindo-se para tomar posição sobre questões de interesse nacional, mas negou que ele e seus colegas irão fazer qualquer tipo de pressão para reverter no plenário a decisão da Sistematização de convocar eleições presidenciais em 1988.

Simon também defende eleições gerais em 1988

por Milton Wells de Porto Alegre

O governador gaúcho Pedro Simon disse ontem que reconhece a soberania da Assembleia Nacional Constituinte e não colocaria nenhuma objeção à convocação de eleições gerais para novembro de 1988. Ao definir a decisão da Comissão de Sistematização, em favor de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, como "um instante de maior afirmação democrática do Congresso Nacional", o governador, no entanto, disse ser inadequada a introdução do sistema parlamentarista de governo ainda em 1988. Ele mantém sua tese segundo a qual Sarney deve completar seu mandato sob o sistema presidencialista, o que seria alterado apenas no mandato previsto para o seu sucessor.

estipulado no domingo último pela Comissão de Sistematização. "Preto e vou trabalhar. Porque, se, neste país, adotarmos quatro anos e parlamentarismo, seis meses depois o 'dr. urutu', assume este país outra vez", afirmou o governador ontem, em Belo Horizonte, ao ser perguntado a respeito, segundo sua assessoria de imprensa.

PEDRO IVO
Presidencialista e defensor do mandato de cinco anos para o presidente da República, o governador Pedro Ivo Campos (SC) também se mostrou confiante de que a votação em plenário da Assembleia Nacional Constituinte reverterá a decisão tirada no domingo último pela Comissão de Sistematização. Ressaltando a soberania da Constituinte para definir a questão e que acatará o que ela decidir, Pedro Ivo reafirmou seu posicionamento favorável ao mandato de cinco anos, dizendo que "primordial para o País é a normalização da atividade econômica", relatou o assessor de imprensa do palácio, Aldo Granjeiro.

O presidente acha que foi traído

por Mariângela Hamu de Brasília

O presidente José Sarney confidenciou ontem, a dois amigos íntimos, sua disposição de iniciar esta última etapa de seu mandato — reduzido pela Comissão de Sistematização da Constituinte para quatro anos, no último domingo — comandando um governo ágil e eficiente, renovado com base em critérios exclusivamente administrativos, já que não se sente mais obrigado a observar quaisquer critérios políticos.

Ele estaria, assim, trabalhando pela recuperação de uma imagem extremamente desgastada junto à opinião pública e à classe política — segundo números de pesquisas recentes — para tentar estimular, a partir das ruas, um grande movimento pela realização de eleições diretas em todos os níveis, no próximo ano. O presidente parece ter desistido de uma idéia que acalentou durante meses: enviar mensagem ao Congresso propondo a renovação dos mandatos dos constituintes e governadores, por quem se julga traído.

Para não dar a impressão de revanche, o presidente precisará ainda de alguns dias para fazer profundas modificações no segundo e terceiro escalões. Ele pensa também em mudar ministros e o primeiro da lista era Renato Archer, recentemente removido do Ministério da Ciência e Tecnologia para a Previdência Social. Mas o presidente foi obrigado a refazer os planos assim que soube que o presidente da Constituinte e do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, amigo pessoal de Archer, estava com problemas de saúde e seria removido para exames em São Paulo.

Ulysses havia estado com Sarney, no Palácio da Alvorada, na tarde de domingo, mesmo tendo sido alertado pelo deputado Cid Carvalho para que não fosse, pois o clima na residência do presidente não lhe era favorável. Ulysses foi ao encontro de Sarney, com quem conversou a sós, e ao deixar o Palácio disse, com ar cansado: "Tenho que ir para lá, antes que façam outra bobagem". Referia-se à anistia aos militares, que seria votada pela Comissão dali a pouco. A noite, Ulysses sentiu-se mal e ontem de manhã viajou para São Paulo.

"O presidente está muito bem. Muito melhor do que antes. O povo agora quer que mande, que aja. Ele es-

Dias prega renúncia coletiva

por Cláudio Lachini de Curitiba

O governador do Paraná, Alvaro Dias, declarou ontem que está disposto a abrir mão de seu mandato, desde que o mesmo seja feito pelos constituintes, a fim de que sejam realizadas eleições gerais, em todos os níveis, no próximo ano.

Isso permitiria ao povo, através do voto, "passar a limpo a vida nacional", na medida em que a classe política estaria desmoralizada. Ele não acredita que o resultado obtido na Comissão de Sistematização no último domingo, favorável a um mandato de quatro anos para o presidente da República, venha a ser modificado no plenário da Assembleia Nacional Constituinte, já que o próprio Palácio do Planalto pronunciou-se pelo acatamento da decisão.



Alvaro Dias

ta muito tranquilo", garantiu o ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, o mais aguerrido soldado a trabalhar ao lado de Sarney pelo mandato de cinco anos. Magalhães passou todo o domingo na companhia do presidente, no Alvorada, e foi um dos mais apaixonados defensores do castigo para os "traidores".

Ontem mesmo, o deputado Fernando Bezerra Coelho, do PMDB de Pernambuco, perdeu sua última chance de conseguir do governo uma concessão de uma emissora de rádio e de um canal de televisão para Petrolina, por ter votado a favor do mandato de quatro anos para Sarney. A concessão foi dada pelo presidente ao primo e inimigo histórico de Fernan-

do, Oswaldo Coelho, do PFL de Pernambuco, que votou pelos cinco anos.

Na lista de "traidores" encaminhada ao presidente, constam ainda os nomes de Miguel Arraes, governador de Pernambuco, e do deputado e ex-ministro da Fazenda de Sarney, Francisco Dornelles, que atendeu à orientação do governador do Rio, Moreira Franco, e votou pela redução do mandato. Três fontes do governo asseguraram que houve um entendimento com Arraes. Dois dias antes da votação, a tendência de Dornelles era conhecida. Chamado, ele foi ao gabinete do ministro Antonio Carlos Magalhães, com quem havia se comprometido, onde tiveram uma ápera discussão.

Antonio Carlos Magalhães prefere não comentar a "briga" com Dornelles, e resume assim o seu mais recente conceito sobre o sobrinho de Tancredo Neves: "como não lhe faltam recursos financeiros, o Dornelles, a partir de agora, vai preferir a Côte D'Azur à praia da Penha, em Itaparica, na Bahia, onde tenho uma casa e onde ele viveu nos últimos quatro anos". Dornelles, procurado ontem à noite, em Brasília, não foi encontrado.

O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, responsável pelos três votos do seu estado a favor dos quatro anos, deverá passar a mão e água, se prevalecer a decisão presidencial de não mais agir por critérios políticos. Um ami-

Sua disposição de apoiar um chamamento geral às eleições em 1988 em todos os níveis volta-se também para o sistema de governo parlamentarista, que vai ao plenário como proposta da Comissão de Sistematização. "Os constituintes não foram eleitos para atuar no parlamentarismo", explicou Alvaro Dias. O governador do Paraná é defensor do sistema presidencialista. Ele pensa ainda que, se o plenário da Constituinte reafirmar o sistema parlamentarista, este deve ser submetido a julgamento popular, realizando-se um plebiscito tão logo quanto possível.

Alvaro Dias, atualmente o governador de estado que tem o maior índice de aprovação popular em seu território

(cerca de 80%), declarou que de bom grado se candidatará novamente ao governo do Estado do Paraná, caso sejam realizadas eleições gerais em 1988 a partir de uma coincidência de todos os mandatos. "A descensão da população não é apenas em relação ao presidente José Sarney, pois ele não é o único responsável pela situação crítica em que vive o País", disse. Hoje, às 17 horas, Alvaro Dias tem audiência marcada com o presidente José Sarney, em Brasília. Antes, participará em Curitiba de reunião dos governadores do Sul (Pedro Ivo, de Santa Catarina, e Pedro Simon, do Rio Grande do Sul), à qual deve comparecer também o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves.

go pessoal de Sarney confirmou, ontem, que a irmã de Arraes, Violeta Arraes, que vive na Europa e tem um cargo de "contratada local" do Itamaraty, também não terá chances.

"Aconteceu o melhor. Devemos ter competência e aproveitar bem o presente que os adversários nos deram", arriscou ontem a dizer o ministro Antonio Carlos Magalhães. Ele acredita que, agora, o presidente poderá governar sem as "amarras" do PMDB e conquistar definitivamente a opinião pública a favor de um mandato de cinco anos, que ainda será examinado e votado no plenário da Constituinte, daqui a cerca de um mês.

No momento, o grande temor do governo é de que as candidaturas à sucessão de Sarney ganhem a rua com a velocidade de um rãio e a opinião pública engrosse fileiras nas praças públicas, consolidando a decisão da Comissão de Sistematização, a favor dos quatro anos de mandato.

Nos principais gabinetes do Palácio do Planalto, a sucessão de Sarney era discutida, ontem, com cuidado mas sem cerimônia. Os nomes mais ouvidos foram os do governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, do líder do PMDB na Constituinte, Mário Covas, e do ex-governador do Rio, Leonel Brizola. Para o Planalto e para as lideranças políticas com ele afinadas, o nome de Quêrcia merece maior simpatia. Brizola, surpreendentemente, vem depois. Mário Covas é considerado, nos meios militares, sobretudo, o mais radical de todos. A decisão de votar contra a anistia aos marinheiros, ontem, talvez mude um pouco esta impressão.

Falta marcar o dia para eleição

por Andrew Greenlees de Brasília

Por volta do meio-dia de domingo, quando votou a duração do mandato do presidente José Sarney, a Comissão de Sistematização da Constituinte aprovou a data para o término deste governo — 15 de março de 1989 — mas não definiu a data da eleição para o novo presidente. Isso porque a emenda do deputado Jorge Hage (PMDB-BA) fixou na data da posse do sucessor de Sarney, sem mencionar em que dia ele será escolhido pela população.

Prevalece, nesse caso, o dispositivo aprovado anteriormente pela Sistematização para todos os presidentes: eleição noventa dias antes da posse. Assim, o Brasil iria às urnas em 15 de dezembro do próximo ano. Um mês antes, porém, os mesmos eleitores deverão votar em seus candidatos a prefeito e vereador em todos os municípios do País. O próprio deputado Hage reconhecia ontem que o plenário da Constituinte acabará por unificar o pleito, no tradicional dia 15 de novembro.

Muda o eixo do poder no PMDB

por Cecilia Pires de Brasília

A aprovação pela Comissão de Sistematização de um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney e a realização de eleições diretas presidenciais no ano que vem alteraram o eixo do poder dentro do PMDB, reunindo na mesma posição o grupo de centro-esquerda, liderado pelo senador Mário Covas na Constituinte, e os governadores do chamado "PMDB histórico", como o da Bahia, Waldir Pires, o de Pernambuco, Miguel Arraes, e o do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, os dois primeiros diretamente engajados na luta pelos votos em suas respectivas bancadas.

A esse grupo, juntou-se ainda o senador José Richa, que atrai uma fatia dos liberais de centro dentro do partido e compõe, em dobradinha com Covas, hoje, as lideranças com maior poder de influência dentro do PMDB e da própria Constituinte. Ulysses Guimarães, presidente do partido, perdeu espaços, na avaliação das lideranças do PMDB na Constituinte, ao defender os cinco anos de mandato e deixar atrelados, nesta posição, os deputados a ele ligados, especialmente o líder do partido na Câmara, deputado Ibsen Pinheiro e o deputado Fernando Gasparian.

Mas esta não é a única mudança pela qual espera Hage, parlamentar ligado ao governador Waldir Pires, da Bahia, um dos articuladores dos quatro anos. Para o deputado, o ideal agora é garantir a implantação do parlamentarismo apenas com o próximo presidente e não em março de 1988 como ficou decidido no domingo. Na opinião de Hage, a implantação em 1989 possibilitaria a Sarney completar a transição democrática, enquanto o parlamentarismo inauguraria novo período político, com o novo chefe de Estado. Essa fórmula, salienta o deputado, representa ainda a única chance de os parlamentaristas negociarem com Sarney a desistência do Palácio do Planalto em bombardear a mudança do sistema.

Para o líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), não há necessidade para tanto. "Os quatro anos matarão o parlamentarismo", comenta o deputado, para quem a campanha presidencial, com candidatos presidencialistas, ganhará as ruas e empolgará a população.

"Não dá para reverter a rua", diz Sant'Anna, assegurando que considera inviável recuperar os cinco anos no plenário, ao mesmo tempo que o processo se encarregará de esvaziar o parlamentarismo. Segundo Sant'Anna, o presidente Sarney atuará agora como o "estadista da transição", afastando-se das "paixões político-partidárias". Apesar dessa garantia, Sarney recebe insistentes sugestões para estimular a tese de realização de eleições também para o Congresso no próximo ano. A idéia ganha adeptos entre os parlamentares, mesmo alguns que votaram pelos quatro anos, ou seja, contra Sarney. "Fomos eleitos para elaborar uma nova ordem jurídico-social", diz, por exemplo, o senador Carlos Chiarelli, líder do PFL. "Terminada essa tarefa, nada mais justo do que submetermos nossa situação ao povo."

Outro defensor das eleições gerais é o ex-ministro e deputado pelo PDS, Delfim Netto. Para ele, a combinação de parlamentarismo com quatro anos de mandato para Sarney levará "a uma crise monumental". A única saída, sustenta Delfim, está na escolha simultânea de presidente e Congresso para que o parlamentarismo seja instalado dentro de um quadro em que os perfis políticos de ambos sejam coincidentes.

O senador José Richa (PMDB-PR) rebate dizendo que o parlamentarismo torna desnecessárias as eleições gerais, pois permite a dissolução da Câmara pelo presidente em caso de impasse político. "No parlamentarismo, não há duração definida de mandato para deputados", completa Carlos Chiarelli.

Longe das teses que prevêm a conformação do sistema parlamentarista, o PT e o PDT preparam a largada de suas respectivas candidaturas. Na sexta-feira, vai ao ar o programa nacional de rádio e TV do PDT, com o ex-governador Leonel Brizola enfatizando sua condição de postulante ao Planalto. Logo após, no início de dezembro, será a vez de o PT lançar Luiz Inácio da Silva, o Lula.

dentro de uma estratégia que abriria caminho para a candidatura de Covas à Presidência.

O governador da Bahia, Waldir Pires, ganha chances de concorrer em dobradinha com Covas para candidato ao cargo de primeiro-ministro, na campanha eleitoral do ano que vem, ou para compor em dobradinha com Richa, tornando-se candidato a presidente, dentro das várias composições que andam rondando as discussões das lideranças. Richa afasta discussões a respeito, alegando que os projetos de governo só começam a ser estudados a partir da promulgação da Constituição. Mas afasta qualquer possibilidade de ser candidato a presidente, deixando clara sua opção pelo cargo de primeiro-ministro.

Embora apostem que o fortalecimento desse grupo dentro do partido dará novo fôlego à reformulação do PMDB autêntico e afaste, por enquanto, a possibilidade de criação de uma nova sigla, as lideranças ligadas a Covas admitem que sofreram um estremeamento com os incidentes de ontem na Constituinte, quando votaram contra a anistia aos marinheiros cassados, provocando agressões de toda a ordem contra o líder Mário Covas.

Depois de um domingo de vitórias e comemorações, as lideranças do PMDB vieram ontem em uma "segunda-feira negra". Ameaçados pelos marinheiros cassados, criticados pelo Movimento de Uni-

dade Progressista, Richa e Covas saíram do plenário ontem sob vaias e violentos ataques verbais. Covas, ameaçado de agressão física, passou mal e foi atendido pelo serviço médico da Câmara.

Richa, irritado, briga com o ministro Prisco Viana

Richa por pouco não se atirou com o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, Prisco Viana. Depois de realizarem juntos o Bom Dia Brasil, da TV Globo, no qual foi acusado, por Prisco, de tentar trocar seis anos de mandato com Sarney, com o que o presidente não concordara, Richa procurou o ministro, alterado, ainda nos bastidores da TV.

"Nunca mais diga isto em público, pois não é verdade. O presidente Sarney concordou, com o grupo parlamentarista que eu coordenava, em acatar a aprovação do sistema parlamentarista, mas depois recuou, e pediu um abaixo-assinado com a assinatura de 47 membros da Sistematização", contou Richa. O senador ainda disse, aos gritos, que Sarney não aceitou um acordo com os parlamentaristas por culpa principalmente de Prisco Viana.

Governo ainda acredita na aprovação dos 5 anos

por Edson Beú de Brasília

"Vamos fazer um bom segundo tempo." Com essa frase, o ministro Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), deixou claro ontem que o governo ainda não considerou a batalha pelo mandato de cinco anos como uma causa perdida. "O dia 17 (hoje) não vai ser o dia da promulgação da nova Constituição", lembrou ainda o ministro, referindo-se ao encerramento dos trabalhos da Comissão de Sistematização que, no domingo passado, aprovou a redução do mandato do presidente José Sarney.

O ministro, no entanto, adiantou que Sarney não vai negociar politicamente seu mandato ou o sistema de governo. "A negociação não está em pauta", afirmou. O chefe do Gabinete Civil, que vem assumindo esporadicamente a função de porta-voz desde a saída de Antonio Frota Neto, meado para a EBN, disse que a posição do governo continua sendo a mesma que foi anunciada no dia 18 de maio, quando Sarney defendeu a manutenção do presidencialismo, abdicando de um ano de seu mandato.

No início da tarde, Costa Couto disse à editora Elaine Lerner, deste jornal, que o presidente não pensa adotar medidas de retaliação contra aqueles 48 parlamentares que votaram a favor de um mandato de quatro anos, na Comissão de Sistematização. "O presidente é um homem que não cultiva o sentimento do ódio", disse. "Os interesses nacionais prevalecerão acima de tudo", completou.

Costa Couto presenciava a chegada do presidente da Hungria, Karoly Nemeth, recepcionado por Sarney na Base Aérea de Brasília.

O ministro Prisco Viana (Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente), também presente na ocasião, negou a possibilidade de haver uma reforma ministerial, imediatamente, tendo em vista o resultado de domingo. "Mas o presidente está livre para compor o governo, conduzindo a administração sem nenhum tipo de condicionamento político ou partidário", esclareceu. "O presidente sente-se livre em relação aos partidos e livre até para governar com o PMDB, se for o caso", sublinhou o ministro, segundo relato da mesma editora.

No final da tarde, Costa Couto admitia que a "liberdade" mencionada por Viana poderá significar, mais tarde, uma reformulação na equipe de governo. Mesmo assim, o ministro, ontem, já usava uma linguagem bem diferente daquela

com a qual, na quarta-feira passada, declarou "guerra" aos constituintes que votassem pelos quatro anos. "O presidente aceitou com naturalidade o resultado da votação", contemporizou o chefe do Gabinete Civil, para quem a "declaração de guerra" foi mal interpretada, não passando, hoje, de um "evento superado".

O ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, um dos interlocutores de Sarney ontem, também tentava vender essa imagem de tranquilidade e resignação no governo. "O presidente considera isso um episódio parlamentar ultrapassado", minimizou. "O futuro é o plenário que vai definir", lembrou.

Desde sábado, o presidente já sabia da possibilidade de ser derrotado no dia seguinte, na Comissão de Sistematização. No meio da semana, Costa Couto relatou que suas lideranças no Congresso Nacional adotam-lhe sessenta votos a favor do mandato de cinco anos, entre os 93. Mas, já na sexta-feira, o ministro disse que Sarney era avisado de uma "virada", que ameaçava seriamente sua vitória. O ministro contou que os contornos de uma derrota começavam a ficar mais claros na madrugada de domingo. Disse que, quando a sessão foi iniciada, às nove horas da manhã, Sarney era informado de que a tese dos quatro anos venceria.

Costa Couto não quis revelar que avaliação foi feita pelo ministro do Exército, general Leônidas Pires Gonçalves, sobre o resultado da votação. O general acompanhou a votação com Sarney, no Palácio da Alvorada. Lembrou apenas que "as Forças Armadas têm assumido uma posição nitidamente democrática" nesse processo de transição.

Mas, Sarney, segundo observou o ministro, acha que esse processo seria mais fácil de ser concluído se pudesse governar até 1989: "O ideal para ele era ter um horizonte maior de governo".

Ainda no final da tarde, ao acompanhar a saída do presidente da Hungria, feita excepcionalmente pelo térreo e não pela rampa do Palácio, por causa da chuva, Sarney foi questionado sobre o resultado. Com uma fisionomia abatida, respondeu apenas que "o que tinha de ser dito já foi dito pelo chefe do Gabinete Civil". O presidente mostrava-se sensivelmente preocupado também com o estado de saúde do deputado Ulysses Guimarães, internado no Instituto do Coração (Incor) em São Paulo. Disse que via a internação do deputado como "uma péssima notícia".

ADUBOS TREVO GRUPO LUXMA